



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

HELLOARA ALVES DA COSTA FERREIRA

RESISTÊNCIA E CONTROLE: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DISCURSO
INSTITUCIONAL EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Juazeiro do Norte
2019

HELLOARA ALVES DA COSTA FERREIRA

RESISTÊNCIA E CONTROLE: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DISCURSO
INSTITUCIONAL EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Graduação em Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do grau de
bacharelado em Psicologia.

Orientador: Italo Emanuel Pinheiro de Lima

Juazeiro do Norte
2019

RESISTÊNCIA E CONTROLE: Uma análise do impacto do discurso institucional em alunos do ensino médio

Helloara Alves da Costa Ferreira¹
Italo Emanuel Pinheiro de Lima²

RESUMO

Ao observar as relações dentro do ambiente escolar, é possível perceber a existência de um discurso de autoridade, que visa manter uma hierarquia de poder dentro da instituição, e quando esse discurso não tem o efeito esperado, as figuras de maior poder dentro dessa hierarquia podem recorrer a práticas de controle, que podem divergir daquele discurso emitido pela própria instituição, possibilitando conflitos entre os sujeitos que a constituem. Desse modo, este trabalho teve como objetivo geral analisar a relação do aluno com o discurso e a prática institucional, a partir da compreensão das estratégias de controle a partir do discurso de ordem da instituição escolar, e da análise da compreensão da indisciplina no espaço institucional da escola. Compreender essa relação se torna importante, uma vez que permite observar como o discurso de controle institucional é internalizado pelo aluno, de forma a limitar sua percepção a respeito do controle a que é submetido e o levando a propagar esse mesmo discurso. A partir dos dados colhidos através do grupo focal e da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977), foram identificados enquanto categorias para análise, o excesso de conversa como manifestação de indisciplina, a permissividade da escola como um causador de indisciplina, a ineficácia das punições e a instauração dos líderes de sala como estratégia de controle institucional.

Palavras-chave: Indisciplina. Controle. Discurso institucional. Punição. Resistência.

ABSTRACT

By observing the relationships within the school environment, it is possible to perceive the existence of an authority discourse, which aims to maintain a hierarchy of power within the institution, and when this discourse does not have the expected effect, the most powerful figures within this hierarchy can resort to control practices that may differ from that discourse issued by the institution itself, enabling conflicts between the subjects that constitute it. Thus, this work aimed to analyze the student's relationship with the discourse and institutional practice, from the understanding of control strategies from the order of the school institution, and from the analysis of the understanding of indiscipline in the institutional space of the institution. school. Understanding this relationship becomes important, since it allows us to observe how the institutional control discourse is internalized by the student, in order to limit his perception of the control to which he is subjected and leading him to propagate this same discourse. From the data collected through the focus group and content analysis developed by Bardin (1977), we identified as categories for analysis, excessive talk as a manifestation of indiscipline, the permissiveness of the school in relation to the undisciplined behavior of students, informality in the organization of the institution, the ineffectiveness of punishment, and the room leaders as an institutional control strategy.

Keywords: Indiscipline. Control. Institutional speech. Punishment. Resistance.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: helloaraalves@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: italo@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Em todos os contextos em que existem relações sociais são também configuradas relações de poder, nas quais há uma assimetria na forma em que esse poder é exercido, e isso é parte do processo de constituição das instituições. Quando, porém, esse poder é estabelecido como uma forma de dominação sobre outros membros dessa instituição, essa relação pode se tornar prejudicial para aqueles que estão envolvidos nela (SANTOS, 2016b).

Ao observar essas relações dentro do ambiente escolar, é possível perceber a existência de um discurso de autoridade, que visa manter uma hierarquia de poder dentro da instituição, e quando esse discurso não tem o efeito esperado, as figuras de maior poder dentro dessa hierarquia podem recorrer a práticas de controle que, em algumas situações podem divergir daquele discurso emitido pela própria instituição, possibilitando conflitos entre os membros que as constituem. Por esse motivo, o presente trabalho visa compreender a indisciplina, como é proposto por Goffman (2001), como uma possível forma de enfrentamento ao discurso e prática institucionais, de forma a demonstrar para a instituição como as práticas de controle e dominação podem afetar a prática dos alunos dentro da instituição.

Diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o impacto do discurso institucional nos alunos, a partir da compreensão das estratégias de controle utilizadas por essa instituição a partir do discurso de ordem da instituição escolar e da análise da compreensão da indisciplina no espaço institucional da escola.

Para tanto, partiremos de uma análise da constituição dessas instituições, observando a construção do poder dentro da sociedade, sua influência dentro do ambiente escolar, passando por seu desenvolvimento enquanto um dispositivo de controle e lugar de ordenamento social, para que seja possível compreender sua dinâmica, as estratégias de controle presentes atualmente, e então perceber seus impactos nos grupos que a compõem.

A iniciativa de pesquisa surgiu durante uma experiência de estágio, através do qual foi possível observar a existência de um conflito presente entre as estratégias de controle escolar, resultando na resistência dos alunos. Desde modo, essa pesquisa se torna relevante ao envolver a compreensão das demonstrações de indisciplina que podem surgir a partir do processo de institucionalização presente no ambiente escolar, e como a representação desse poder pode se tornar adoecedora para seus alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2. 1 A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE

As sociedades disciplinares, vigentes entre os séculos XVIII, XIX e XX tinham como característica fundamental a centralização do poder nas instituições de confinamento, onde os sujeitos, em qualquer contexto em que estivessem inseridos, partindo do seu âmbito familiar e se estendendo para escola e para as fábricas, sempre estariam sujeitos a seguir regras que eram instauradas por essas instituições (DELEUZE, 2013).

Essa configuração social surgiu em substituição às chamadas sociedades de soberania, presentes até o século XVII e XVIII. Nessa forma de organização social o poder era exercido de forma propositalmente visível, posto que se centrava na figura soberana do rei, e dependia dessa visibilidade para manter-se. O rei, portanto, era aquele responsável por exigir da população a entrega de quaisquer recursos que eram produzidos por eles, se caracterizando assim pela imposição. Porém, com a descentralização desse poder através do surgimento de novas estruturas, e conseqüentemente da distribuição do poder, deu-se início ao processo de individualização. O poder, portanto, não é mais representado por uma figura física, mas compõe novas formas de controlar os sujeitos, constituindo assim um dos aspectos que caracterizou a transição da sociedade de soberania à sociedade disciplinar (PENIAGO, 2005, p.5-6).

Desde quando começou a ser exercido, o poder disciplinar tinha como objetivo desenvolver habilidades e competências, modificando e transformando pessoas e seus comportamentos para que pudessem atender às demandas sociais. Assim, as instituições às quais estavam vinculados se tornavam uma forma de preparar esse sujeito a desempenhar funções para as quais eram cobrados socialmente, mas não tinham preparação prévia. Pode ser citada como exemplo a preparação para o exercício militar, onde a postura desejada era lentamente construída até que o sujeito atingisse a conduta adequada, e esse mesmo princípio se aplica ao aluno, que tem seu comportamento moldado para sujeitar-se à ordem estabelecida pela escola (TEMPLE, 2011, p.36).

Quando, porém, o sistema social passa por reformas, dá-se início à uma nova forma de organizar o espaço, e conseqüentemente uma nova forma de controle sobre os corpos, agora baseada no controle através da vigilância na chamada sociedade de controle (DELEUZE, 2013). No século XX, após a segunda guerra mundial, com o colapso das estruturas disciplinares, houveram modificações no exercício do poder. Tendo ultrapassado o aspecto institucional, o controle não se limita apenas àqueles que estão dispendo do seu espaço, mas deixa de concentrar-se em um espaço físico e se estende para relações sociais. Dessa forma se torna mais eficaz e simultaneamente é disseminado de forma tão pulverizada que se torna mais

imperceptível, através dos discursos que coagem e disciplinam, enquanto produzem uma falta sensação de liberdade (PENIAGO, 2005, p.8-9).

Em seu surgimento, a escola dispõe de alguns aspectos de uma sociedade disciplinar, principalmente no que diz respeito no controle dos corpos através do confinamento. Porém, com o passar do tempo, e assim como as demais instituições que compunham essa sociedade, ela passou por mudanças e desenvolveu novas estratégias de controle, podendo ser considerada como um mecanismo de uma sociedade de controle, onde, apesar de fazer uso de aspectos disciplinadores, desenvolveu novas formas de docilizar e disciplinar (PACHECO, 2018).

Antes do surgimento da instituição escolar, o processo de alfabetização de forma geral se dava individualmente. Cada aluno dispunha de um tutor particular através do qual era preparado para desempenhar funções estabelecidas. Esse processo, porém, acontecia de forma lenta e fornecia para a sociedade um número reduzido de indivíduos aptos para o mercado. Assim, iniciou-se o ensino coletivo, com o objetivo de preparar mais indivíduos em um menor período de tempo, utilizando menos tempo e recursos, tornando mais econômico e eficaz o processo de ensino para os fins desejados naquele período.

Também é importante considerar o papel na escola em uma perspectiva social em que era voltada para o aluno pobre, em que passava um maior período de tempo na escola, uma vez que sua função era preparar o aluno pobre para o trabalho. Assim, ao sair da educação básica o objetivo desse público não estava em dar continuidade para a formação, mas sim para ser inserido diretamente no mercado de trabalho, preparando-o para que, além do ensino teórico e prático, o aluno estivesse apto para se adaptar ao controle de tempo e espaço aos quais seriam submetidos nesse ambiente.

Desde o Século XIX, quando os alunos eram inseridos na escola, um dos primeiros fatores aos quais eles deveriam se adaptar era a organização do espaço de sala de aula. Os alunos eram dispostos de forma que o professor teria uma visão sobre todo o espaço, o que dificultava a comunicação entre alunos, isolando-os e evitando a indisciplina (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, P.40-44). Essa disposição individualiza os alunos ao atribuir a cada um o seu lugar, ao mesmo tempo em que, dividindo-os em grupo nas salas de aula, os hierarquiza, atribuindo àquele grupo características em comum, construindo para cada sala características próprias que as diferenciam umas das outras (NUNES; ASSMANN, 2000, p.138).

Essa estrutura que permitia uma observação mais detalhada do espaço é chamado de modelo panóptico, que consistia na construção do espaço na forma de uma anel, de forma que todos os funcionários poderiam observar tudo o que estivesse sendo feito naquele ambiente, e utilizado dentro da escola por conseguir mascarar suas formas de controle e tornando-as mais

sutis àqueles que faziam uso desses espaços, assim os adaptavam à disciplina e controle, preparando-os para serem inseridos nas fábricas, onde teriam que seguir os mesmos termos de disciplina, e simultaneamente disponibilizariam a esse sujeito um acúmulo de conhecimentos, desenvolvendo nele aptidões que seriam necessárias dentro de outras instituições (ZAN; POSSATO, 2014, p.7).

Quando o poder disciplinar caracterizado pelos castigos deixa de ser exercido deliberadamente, outras formas de submeter o aluno são desenvolvidas. Todo período de tempo era devidamente controlado com alguma atividade específica que deveria preenche-lo, sendo exercícios de sala ou outros afazeres nas imediações da escola. Assim, a instituição começa por disciplinar o tempo do aluno, determinando um período para a entrada na escola ou para o encerramento de cada aula, prescrevendo uma rotina que deveria ser seguida por todos. O andamento desse aluno em sala de aula também é observado, de forma que precisa desenvolver atividades o mais rápido possível, e é analisada, além do resultado que apresenta, a forma como aquela tarefa é desempenhada (NUNES; ASSMANN, 2000, p.138).

Embora as estruturas panópticas tenham sido reconfiguradas, atualmente, quando se fala em estratégias de controle, o desenvolvimento das tecnologias se tornaram um recurso fundamental como uma forma de monitoramento, recorrendo às câmeras de segurança, que são responsáveis por registrar tudo o que os olhos dos dirigentes não conseguem observar. É possível também a substituição de castigos físicos, opressão ou encarceramento, como era feito anteriormente, já que é possível moldar o comportamento dos alunos ao antevê-los utilizando-se dessas formas de vigilância.

Essas características ainda podem ser observadas atualmente, principalmente em escolas de ensino médio onde as salas se encontram cheias por adolescentes que estão em uma faixa etária onde são considerados mais indisciplinados, proporcionando ao professor mais facilidade no monitoramento da maioria das ações que estão sendo desempenhadas por seus alunos.

Dessa forma, a escola exerce um poder que está distribuído em vários espaços e é manifestado de várias formas diferentes, uma vez que produz nos alunos a sensação de vigilância constante, e de que seus passos estão sendo constantemente observados (ZAN; POSSATO, 2014, p.7-8), seja pela presença de câmeras de segurança, pela vigilância dos dirigentes e professores, ou por vezes pelos próprios colegas, quando a eles é atribuído poder sobre os demais, o que é chamado por Lima e Rezende (2013, p.37) de hierarquização de poderes, uma outra forma de controle utilizado dentro da instituição escolar que possibilita que pessoas de um mesmo grupo observem umas às outras, porém sem a percepção nítida de que estão sendo vistas, aumentando, mesmo que apenas aparentemente, a percepção de autonomia.

As estruturas de vigilância são construídas de forma que atuam sobre o sujeito fazendo-o sentir-se observado constantemente, o impelindo a manter o comportamento disciplinado desejado pela instituição. Esse poder se expande de tal forma que controla esse sujeito mesmo quando a estrutura não está em seu pleno funcionamento, ou quando este não está sob o poder dela (TEMPLE, 2011, P.37). Assim pode ser observado quando, dentro da escola, mesmo com câmeras sem funcionamento, ou sem uma figura hierárquica superior presente, o aluno sente-se vigiado, e por isso mantém-se comportado.

O controle dentro desse modelo, portanto, envolve mais que apenas um controle físico, uma vez que provoca no sujeito a internalização de uma situação de controle que não é necessariamente real. Já que não se sabe exatamente em quais momentos a vigilância ocorre, levando o controle a uma outra posição com o disciplinamento do próprio pensamento (TEMPLE, 2011, P.38).

A escola, portanto, acaba se tornando uma instituição que produz alunos silenciosos, domesticados, que emitem apenas padrões comportamentais esperados pela instituição. Podem se sentir impelidos a demonstrar interesse pela sala de aula ou simular atenção, quando na verdade as exigências da instituição provocam neles resistência, uma vez que não frequentam aquele ambiente por vontade própria, e portanto, podem não estar dispostos a seguirem as regras que lhes são impostas (LOPES; MARTELLI; SCHROEDER, 2014, p.8).

Dessa forma a escola é um dispositivo de controle extremamente eficaz, visto que é a única instituição em que todos os cidadãos devem ser inseridos obrigatoriamente, e o que é difundido por essa instituição é a disciplinarização, que tem como uma de suas características moldar indivíduos, tornando-os mais dóceis, e passivos, representando uma força preparada para o mercado de trabalho, e produtiva para fins sociais, porém que não questione a ordem social, e conseqüentemente, seja menos crítico, para que haja menor possibilidade de resistência (NUNES; ASSMANN, 2000, p.3).

Assim sendo, escola se utiliza de estratégias de homogeneização cada vez mais sutis, buscando introjetar nesse sujeito os valores da escola, para que seja mais fácil controlá-los (LOPES; MARTELLI; SCHROEDER, 2014, P.9). Contudo, quando esse discurso institucional não é condizente com a cultura prévia desse sujeito, as possibilidades de resistência se tornam maiores.

Por isso, vale ressaltar que, assim como um espaço de controle, a escola também é um lugar de insubmissão e desrespeito à normatização (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, P.51), uma vez que, de acordo com Foucault (1979), em toda relação de poder há possibilidade de resistência. Conseqüentemente, surgem processos de resistência às estratégias de controle

que emergem dentro da instituição, e podem se manifestar tanto de forma agressiva quanto de forma sutil (LOPES; MARTELLI; SCHROEDER, 2014, P.9), e essa hostilidade em relação ao ambiente escolar ou àqueles que a dirigem devem ser observadas junto à própria violência que esse aluno sofre dentro da instituição.

De acordo com Boarini (2013), o aluno considerado indisciplinado é aquele que não cumpre regras, e por vezes tem uma “natureza indisciplinada e rebelde”, por isso a escola exige que este aluno permaneça estático, sem respeitar sua forma de funcionamento, ou estabelece o cumprimento de regras com as quais ele não concorda, atribuindo a responsabilidade desse comportamento apenas aos alunos.

Não se considera, porém, que o comportamento indisciplinado de alguns alunos pode ser a expressão de conflitos institucionais, e que o aluno “rebelde” pode estar apenas fazendo uso de sua autonomia ao contestar quando é exigido que permaneça quieto por um longo período de tempo, ou quando questiona a ineficiência da forma de instrução adotada pela instituição. (BOARINI, 2013, p.128)

E assim, como uma instituição que compõe uma sociedade de controle, quando não se sabe como lidar com aqueles que fogem à norma, resta apenas a possibilidade de puni-los ou aprisiona-los com séries de regras, sem considerar o nível de violência que representa para o aluno que deve se submeter a elas (ZAN; POSSATO, 2014, p.4-14). Por isso é importante ressaltar que, embora os castigos físicos tenham sido substituídos, voltaram a ser utilizadas, principalmente nas instituições militares, formas de punições com o objetivo de moldar o caráter desse sujeito, seja através de uma rotina de exercícios desgastante ou atividades que são realizadas quando não cumprem regras institucionais. O discurso institucional transforma os sujeitos, além de um depósito de conhecimento, em um propagador de ordem que vai além dos muros da instituição (GIONGO, MUNHOZ, OLEGÁRIO, 2014, p. 78).

E para enfrentar o caráter violento tomado pelo processo de institucionalização, que exige do sujeito a internalização de uma cultura e de valores, por vezes diferentes das concepções prévias desse sujeito, a partir do momento em que se tornam internos, os alunos precisam desenvolver estratégias de enfrentamento, seja para resistir ao processo de institucionalização, ou para se adequar a ela. Entre essas estratégias estão a intransigência, quando este se opõe às regras e se recusa a contribuir com aqueles que exercem poder sobre ele; a adaptação à instituição, de forma a acreditar que ele se torna um lar melhor que o mundo externo em que vive, e a adequação a partir da aceitação de normas e regras propostas pela equipe que dirige o local (GOFFMAN, 2001).

Por outro lado, a escola não deve ser vista apenas como um lugar que reprime e que violenta o sujeito. Deve-se considerar que essa instituição, assim como a família, encarrega-se do processo de constituição desse sujeito na sociedade (NUNES; ASSMANN, 2000, p.145).

2.2 A INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR

Brighente e Mesquida tratam a disciplina como um poder que mantém o sujeito submisso, obediente, e tem como objetivo justamente transformá-lo em um indivíduo preparado para atender às exigências sociais.

A indisciplina, por outro lado, pode ser definida como qualquer comportamento que seja contrário a um conjunto de normas estabelecidas por uma instituição, e é vista como um desrespeito pelo espaço e pelas pessoas que o compõem (BETCHER, 2018). Com o surgimento das escolas públicas, houve um considerável aumento no número de adolescentes e jovens que passaram a frequentar esse espaço, e com esse crescimento houveram também modificações na forma como eles se relacionam com o ambiente escolar e com outros sujeitos que o compõem. As queixas sobre a indisciplina e violência dentro da escola, ou mesmo fora dela, tem explicitado a dificuldade de lidar com esses episódios, e isso pode levar a intervenções que segregam ou marginalizam, agravando esse quadro quando tinham o objetivo de suavizá-lo (VERGNA, 2016, p.14).

O autoritarismo que se evidencia inclusive pela distribuição das cadeiras na sala de aula tem o objetivo de fornecer ao professor uma visão mais ampla do que acontece na sala de aula e é eficaz nesse sentido. Todavia centraliza toda a atenção em direção ao professor e torna a sala de aula um lugar apático, sem atrativos. Aquele professor que dá mais liberdade para que o aluno se movimente por não concordar com a postura estática que é cobrada, frequentemente é mais estimado pela turma de forma geral, porém passa a ser visto também como aquele que não consegue controlá-los. Isso acontece principalmente pelo objetivo primordial da criação da escola. A necessidade de ter cidadãos capazes de trabalhar sem questionar, aceitando qualquer ordem que lhes fosse dada, transformou a escola em uma fábrica de pessoas disciplinadas que correspondessem a esse objetivo (BELLIA; SANTOS, 2007, p.5). E apesar de haverem instituições que não aderem mais a esse modelo, elas são minoria e ainda competem com o modelo tradicional que é visto como mais eficaz.

Existem divergências no que diz respeito às causas da indisciplina, porém frequentemente são atribuídas à tolerância excessiva dos pais em relação ao comportamento dos filhos, influenciando na diminuição da capacidade do cumprimento de regras. Outro fator

citado se refere à falta de motivação no ambiente escolar, seja como resultado da falta de inovação na preparação e execução de aulas, de forma que os alunos não se sentem atraídos pelo método apenas explicativo utilizado, na cobrança excessiva por resultados, ou pela relação com o próprio professor, que também pode se encontrar desmotivado pelas condições de trabalho em que se encontra (SANTOS, 2016a, p.2). De qualquer forma, a indisciplina mostra-se como um reflexo social marcado pelo conflito (BETCHER, 2018).

Dentro do ambiente escolar a autoridade se encontra atribuída principalmente à figura do diretor, que se torna responsável por liderar a instituição. Em segundo lugar encontra-se o professor, posicionado imediatamente acima do aluno em nível hierárquico. E essa autoridade pode ser observada no comportamento que os alunos mantêm quando estão na presença de uma dessas figuras. Inicialmente, quanto mais fria e distante a relação que é mantida entre o estudante e o professor ou diretor, mais consideram-se respeitados, uma vez que disciplinam através do medo, que se estabelece através de uma relação desigual e que resulta na punição daquele que não se submete. Atualmente, com a proibição dos castigos físicos, a relação mantida entre aluno e professor torna cada vez mais frágil. Embora este ainda seja visto como uma figura de autoridade, seu papel tem se tornado mais próximo ao de orientador, que deverá auxiliar o aluno no desenvolvimento de sua autonomia, e com a diminuição dessa autoridade, crescem também os níveis de indisciplina (ALMEIDA, 2014, p.280-283).

Toda instituição reproduz diretrizes que são difundidas pela sociedade em que se encontra, e geralmente são pautadas no controle e na obediência à norma. A própria escola, como um desses espaços, apresenta um discurso antagônico, principalmente através dos educadores, que se apresentam através das ações que denotam autoridade, ordenando o cumprimento de regras, mas por outro lado, estimulam a comunicação, reflexão e troca de conhecimentos que podem contribuir para o desenvolvimento subjetivo dos alunos. Porém, é importante observar que em cada sujeito, a partir de sua vivência social e singular, podem surgir comportamentos que se oponham a essa ordem social ou normas impostas pela instituição, gerando conflitos que são vistos como indisciplina, mesmo quando se apresentam na forma de pequenas ações de resistência que contrariam ao que foi regulamentado (VERGNA, 2016, p.16).

Para cada ação disciplinadora que é instituída pela escola, há uma resposta emitida pelo aluno como uma forma de resistência. Quando no ambiente escolar ele tem suas atitudes limitadas, reage através da fuga, negando-se à realização de atividades que contrariem o exercício de sua liberdade (GULARTE, 2010, p.215).

O ambiente escolar também pode ser influenciador de indisciplina quando se mantém com uma estrutura precária, que não é o suficiente para comportar os alunos, quando não está devidamente preparada para lidar com a realidade social em que os alunos estão inseridos, ou quando permanece alheia a ela, dificultando o processo de adaptação e impedindo que o estudante consiga se inserir naquele ambiente (CARVALHO, ROGRIGUES, 2013, p. 3-5).

A desordem pode ser utilizada pelos profissionais como indicadores de que algum fenômeno escolar não está recebendo a devida atenção, pois podem sugerir desde desinteresse por uma aula má planejada, uma indiferença por uma disciplina que considera simples ou até mesmo a dificuldade de compreender um conteúdo complexo, e utiliza dessa estratégia para desviar a atenção dessa dificuldade (BELLIA; SANTOS, 2007, P.12).

Existe dentro da escola um espaço silenciado, que exige do aluno uma postura domesticada, quando é solicitado que este permaneça calado durante as aulas e quando tenta reduzir sua fala fora dela. Esse silêncio, porém, pode se voltar contra os propósitos da instituição quando esse é exercido em função de ocultar transgressões de regras institucionais, sendo usado com o propósito de evitar possíveis punições (GULARTE, 2010, p.215).

Atualmente, com a facilidade de acesso a informação, houve também uma transformação na personalidade e na conduta dos alunos. Ainda são encontrados alunos que são mais facilmente institucionalizados e aderem rapidamente à cultura escolar por serem mais dóceis, porém não se pode mais contar com os adolescentes e jovens ingênuos e incapazes de questionar que são esperados pela escola, e isso é resultado também das experiências e vivências desses jovens durante sua trajetória de vida (BELLIA; SANTOS, 2007, p.8).

É preciso observar que a escola se propõe a formar indivíduos que consigam se expressar-se, argumentar e refletir, e para que esse processo aconteça é necessário que desde o início sejam incentivados a questionar, mesmo dentro do ambiente escolar, pois ao silenciar, está agindo de forma contrária àquilo que se dispõe a fazer.

3 METODOLOGIA

Para identificar os aspectos do impacto do processo de institucionalização foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de livros e artigos disponíveis na plataforma Scielo e revistas científicas da área educacional.

Foi utilizado como recurso de coleta de dados o grupo focal, composto por seis alunos líderes de sala do terceiro ano do ensino médio, estudantes da Escola de Ensino Médio Governador Aduino Bezerra, localizada na cidade de Juazeiro do norte, e teve como objetivo

reunir informações a respeito dos discursos e práticas institucionais difundidas dentro da escola, assim como identificar o impacto desse discurso na percepção dos alunos a respeito do controle institucional e a indisciplina em sala de aula.

O critério de inclusão adotado permitiu a seleção dos líderes de sala por estes, além de estarem sujeitos às mesmas regras e vivenciar o mesmo cotidiano escolar que os outros alunos, estão mais próximos a equipe gestora, tendo um contato maior com a percepção desta a respeito dos alunos.

Os alunos foram previamente selecionados e chamados para que lhes fosse explicado o conteúdo da pesquisa, quais os objetivos e o procedimento a ser realizado, sendo possível que as dúvidas que surgissem fossem devidamente sanadas.

Foi realizado um único encontro com aproximadamente duas horas de duração. O procedimento realizado consistiu na mediação do grupo de forma não diretiva, permitindo que os participantes pudessem expor sua compreensão acerca do fenômeno investigado (GATTI, 2005, p.8-9). O encontro foi iniciado a partir da compreensão dos alunos a respeito da indisciplina, e partir desse tema houve a interação espontânea entre eles, resgatando vivências de sala de aula que se tornaram relevantes para análise posterior.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1997). Inicialmente os dados transcritos foram separados em categorias de acordo com o conteúdo que apresentavam. Em seguida os dados foram organizados de acordo com a frequência em que apareciam no discurso dos participantes, e finalmente analisados com base no referencial teórico pesquisado.

A partir dos dados obtidos através do grupo, foram definidas como categorias, a conversa como manifestação de indisciplina, a permissividade da escola como causador de indisciplina, a ineficácia das punições, e a instauração de líderes de sala como estratégia de controle, fazendo referência aos processos de resistência dentro da instituição, assim como às estratégias que esta desenvolve para restringi-las.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A CONVERSA COMO MANIFESTAÇÃO DE INDISCIPLINA

Diante da discussão realizada com o grupo de alunos foi possível compreender suas perspectivas a respeito da indisciplina e resistência, estabelecendo também a maior manifestação de indisciplina vivenciada por eles dentro da sala de aula.

Os participantes da pesquisa compreendem a indisciplina como um desrespeito, seja na relação com os professores, diretores ou com os próprios alunos, e ao buscar por uma definição de resistência, houve um conflito de opiniões, uma vez que para parte do grupo a resistência se aproxima ou se iguala ao conceito de indisciplina, enquanto outra parte a enxerga como uma forma de lutar contra algo que não está de acordo para transformá-la, voltada para atingir os próprios interesses, mesmo que para que tal aconteça necessitem manipular a instituição. Essa interpretação aproxima-se do conceito de resistência discutido por Goffman (2001).

É importante salientar que para o autor, qualquer contraposição às normas institucionais representam um rompimento com a disciplina, e por isso se configura como indisciplina. Goffman (2001) descreve as etapas do processo de resistência que decorrem da institucionalização como afastamento da situação, caracterizado pelo desinteresse e indiferença pelos acontecimentos institucionais, a intransigência, que se mostra através da contestação proposital às normas e à conduta da equipe que dirige o local. Seguido então pela colonização, onde o sujeito estabelece uma relação razoável com a instituição, e finalmente a conversão, quando o interno se relaciona de forma tão íntima com a instituição que passa a se reconhecer como parte dela, aceitando integralmente qualquer disciplina instaurada. É perceptível através da discussão do grupo que os alunos se utilizam da intransigência para resistir ao controle institucional.

Uma das características descritas das instituições totais é a sua capacidade de fazer uso de ações realizadas em conjunto pelo corpo de alunos para estabelecer uma vigilância (GOFFMAN, 2001, p.18). Quando os alunos são dispostos no espaço de sala de aula, o próprio mapa de sala pode ser analisado a partir do sentido ambíguo que representa para a instituição. Por um lado, é adotado como um fenômeno significativo, uma vez que representa a formação de uma identidade para o aluno a partir do lugar que ele ocupa dentro da sala de aula. Mas, por outro lado, fornece ao professor uma vigilância, e torna mais visível a identificação de comportamentos que destoam do coletivo, se tornando extremamente eficaz enquanto estratégia de controle da instituição, uma vez que retira do aluno a autonomia de escolher onde deseja sentar-se, e culminando nas punições mais frequentes, que partem desde a retirada do aluno de sala de aula, até a suspensão e expulsão do aluno intransigente.

Todavia, é necessário atentar para o caráter reforçador que essas punições podem adotar pela forma como são empregadas na escola. Inicialmente elas conseguem atingir o objetivo da diminuição de indisciplina. Usado como exemplo o excesso de conversa que foi citado pelo grupo, quando o aluno que conversa impede o andamento da aula ele pode ser orientado a se

retirar da sala, e inicialmente essa estratégia tem o objetivo esperado, diminuindo a quantidade de conversas.

Porém, essas estratégias que deveriam fornecer total controle ao professor são facilmente burladas pelos alunos. Dentro daquele contexto podem surgir novos comportamentos indisciplinados que apresentam o mesmo efeito, como o uso de celular ou bilhetes para a comunicação dentro da sala de aula, substituindo a conversa. A própria troca de lugares pode ser considerada como uma dessas estratégias, demonstrando que, embora possa se adaptar às designações de espaço, discordam do isolamento a que são submetidos, demonstrando assim, o que os participantes reconheceram como a força que o aluno tem para causar desordem ao apresentar comportamentos terminantemente proibidos dentro da escola.

O mapa de sala se caracteriza por uma disposição dos alunos em um espaço fixo, do qual não pode sair, e foi citado como uma estratégia de organizar o espaço e observar mais facilmente o aluno que destoa dos demais. Ao sair dessa organização de sala o aluno já se encontra subvertendo uma ordem institucional, e ao passar todo o período de aula conversando, mostra uma clara objeção ao ambiente silenciado, como destaca Gularte (2010), a que são impelidos a obedecer. A conversa, portanto, foi definida como maior demonstração de indisciplina, tendo sido estabelecida por todos os participantes, uma vez que acontecem mais frequentemente que os demais comportamentos, e por mais que sejam realizadas intervenções, não são o suficiente para suprimir essa conduta.

Quando houve a mudança das sociedades disciplinares para uma sociedade de controle, foi estabelecido que seria mais econômico vigiar que punir, em uma perspectiva de controle. Desse modo, as instituições passaram a utilizar de comportamentos inconvenientes e indesejados anteriormente como uma forma de manter sua ordem, no que é reconhecido como economia de poder (FOUCAULT, 1979, p.75). Quando a escola se utiliza desse método, permitindo a presença de algumas manifestações de indisciplinas enquanto outras são rapidamente suprimidas, ela é considerada pelos próprios alunos como excessivamente compreensiva. Contudo deve ser considerado que, ao adotar uma posição mais restritiva, haveria a possibilidade de obter o resultado oposto do esperado. Considerando isso, o aluno pode utilizar-se das formas de controle institucional para a partir delas encontrar novas formas de resistência. Utilizando a conversa como exemplo, é preciso considerar a possibilidade de que, para não serem punidos por conversar, os alunos podem fazer uso de bilhetes ou celulares, mesmo que também seja proibido, para voltar a comunicar-se com os demais. A proibição extrema, dessa forma, poderia gerar um aluno mais resistente e que se utilizasse de forma mais

desafiadora e intensa a esse controle, por isso, as pequenas indisciplinas cotidianas mais toleráveis acabam se tornando menos notadas.

4.2 A PERMISSIVIDADE INSTITUCIONAL COMO IMPULSIONADOR DA INDISCIPLINA

A relação da escola e dos professores como um impulsionador do comportamento indisciplinado esteve presente no discurso de todos os participantes, assim como a falta de um crescimento progressivo na exigência por disciplina, e foi caracterizada como uma das possíveis causas para o aumento da indisciplina nos últimos anos.

De acordo com Almeida (2014), o controle que professor era capaz de manter sobre o aluno era consequência, na maior parte, do medo que gerava pela sua posição de autoridade, por ser capaz de punir qualquer atitude desobediente. Porém, com as diversas transformações vivenciadas pela sociedade, a figura do professor distante e frio presente no modelo tradicional de ensino tem dado lugar ao professor amigo que deve saber conciliar momentos de rigidez com momentos de compreensão. O que tem sido observado, porém, é que quando essa personalidade é levada à sala de aula com o objetivo de quebrar a imagem de autoridade, o aluno pode tentar usar dessa situação para quebrar regras e se comportar de forma indevida. Aspecto que foi levantado durante a realização do grupo como bastante frequente.

O professor que mantém uma relação mais próxima com o aluno e lhe confere maior autonomia, ao mesmo tempo em que se torna mais estimado, também é considerado por muitos como aquele que não consegue manter controle sobre a sala. O mesmo acontece com membros da direção. Em uma gestão anterior e mais rígida, os alunos eram mais facilmente docilizados pelo medo que vivenciavam através do contato com os diretores. Quando essa figura de poder se tornou mais acessível, e menos ameaçadora, houve uma mudança na forma como os alunos reagiam na sua presença.

Enquanto as turmas de terceiro ano eram considerados um ideal a ser alcançado, principalmente por terem mais suporte da equipe gestora, hoje são consideradas as mais indisciplinadas, sendo consideradas pelos líderes como as piores, uma vez que não podem contar com a presença de alunos ingênuos e dóceis, assim como observado por Bellia e Santos (2007). Diferente do que se espera, o que pode ser observado hoje são jovens cada vez mais questionadores e dispostos a transgredir a norma em prol da sua autonomia.

Ao encontrar em um professor a abertura necessária para desfrutar da expressão da sua autonomia, foi apontado que esse aluno passa a tentar universalizar a conduta daquele

profissional que lhe agrada para todos os demais, e quando se depara com algum que o impede, passa a desafiá-los.

Outro aspecto levantado e criticado pelos participantes foi o processo de ambientação que os alunos passam ao entrarem na escola. De acordo com Goffman (2001), todo interno recém-chegado à uma instituição tem uma compreensão própria a respeito de si mesmo que é desenvolvida socialmente, porém precisa desfazer-se dela, deixando, além de objetos pessoais, a própria subjetividade, em função da identidade institucional. Embora seja considerada uma instituição total, a escola apresenta um grau de fechamento distinto, uma vez que não impede o contato do aluno com o mundo exterior, de forma que não passa pelo mesmo grau de mortificação do sujeito. No entanto, ao entrarem na instituição, os alunos necessitam passar por uma adaptação, a partir da qual começam a introjetar a cultura institucional, e a escola se utiliza de ferramentas para aumentar seu potencial institucionalizador, seja através apresentação do espaço da instituição ou das normas que a regem.

As novas turmas passam por um processo de adaptação lento, onde são incorporados no espaço e tempo escolar e são envolvidos aos poucos nas atividades e projetos, porém, com o passar do tempo, serão mais cobrados, para que consigam se adaptar ao ritmo institucional. Aos poucos a instituição exige mais do aluno, seja no uso de fardamento, na obediência ao sinal que demarca as aulas, ou a obediência ao mapa de sala. E novamente, esse processo tem se transformado, de forma que durante a discussão, os participantes demonstraram que segue-se o mesmo padrão do primeiro até o terceiro ano, e as turmas apresentam cada vez mais dificuldade de aderir às regras, e associam esse fenômeno à falta de controle e cobrança da escola sobre esse aluno, e mostraram também uma insatisfação ao se sentirem prejudicados por isso, uma vez que tem se tornado cada vez mais difícil para eles permanecerem atentos às aulas, assim como para os professores conseguirem ministrar uma aula satisfatória.

Durante as discussões, a informalidade nas relações estabelecidas na escola também foi apontada pelos participantes da pesquisa como uma possível contribuição para a ineficácia das punições executadas, o que é observado principalmente quando essa punição é aplicada em algum aluno que já tem um histórico de indisciplina.

De acordo com o discurso dos líderes, o aluno indisciplinado apresenta uma forma diferente de se relacionar com os membros da equipe gestora, sendo descrito por eles com uma “malandragem” que desconcerta e dificulta a ação do diretor sobre a indisciplina, uma vez que não consegue ter uma reflexão clara a respeito da punição mais adequada. Por outro lado, o aluno que é costumeiramente comportado, por não ter a mesma habilidade, acaba sendo punido mais facilmente.

4.3 A INEFICIÊNCIA DAS PUNIÇÕES

De acordo com a discussão realizada por Zan e Possato (2014), a transformação ocorrida entre os métodos das sociedades disciplinares e das sociedades de controle, refletidas em todas as instituições sociais, se expressaram nas escolas com a substituição das punições e castigos físicos pelas estratégias de vigilância capazes de dominar os sujeitos através do controle subjetivo. Porém, de certa forma, apesar de não se caracterizarem como castigos físicos, ainda existem punições aplicadas em casos em que regras são infringidas.

A partir das vivências dos participantes dos grupos, as punições mais frequentes são a ocorrência e as reuniões, enquanto a suspensão e expulsão são aplicadas em situações extremas, utilizadas como último recurso para controle da indisciplina. Porém, quando as indisciplinas são consideradas mais leves, resultam em impunidade, uma vez que as atitudes tomadas pela instituição, como a chamada de pais, reuniões e advertências são ineficientes para conter ou diminuir a frequência dos episódios de indisciplina.

Para cada comportamento inapropriado existe uma punição específica, porém na prática esta não é efetivamente aplicada, fazendo o aluno sentir-se livre para repetir aquele comportamento, o que acontece principalmente no que diz respeito às conversas, onde diversas figuras de autoridade tentaram intervir, porém de forma ineficaz, uma vez que já foi constatado que não haverá punições severas para que esse aluno não seja prejudicado futuramente.

A partir dos indicadores abordados pelos alunos é possível observar que sua percepção é compatível com o que discutido por Almeida (2014), quando este fala que a falta de punição se torna também um grande influenciador, pois faz os alunos sentirem que têm mais liberdade para agir, uma vez que a falta de interesse da escola em prejudica-los diminui a rigurosidade com que essa punição é aplicada.

Mesmo que a escola utilize de estratégias de controle que violentam o sujeito, a falta de eficácia dessas estratégias demonstra o potencial subjetivo dos alunos, uma vez que não se submetem, desenvolvendo constantemente novas estratégias para resistir ao controle institucional.

4.4 NOÇÃO DE LIDERANÇA DE SALA COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE

De acordo com Zan e Possato (2010), a escola se utiliza de diversas formas de controlar os alunos, porém esse controle se dá de forma tão sutil que se torna quase imperceptível para

aqueles que estão sendo controlados. Esse fenômeno é corroborado pelo discurso dos alunos quando o direcionamento da discussão de voltou para as estratégias de controle da escola, uma vez que foram ressaltados o mapa de sala e cartões que auxiliam no acompanhamento dos alunos fora de sala, e denominaram suas próprias posições como uma ferramenta da escola para manter o controle, delegando aos líderes parte dessa responsabilidade sobre as ações da sala, ambas formas de controle mais evidentes. Mas quando se trata de pequenas estratégias de controle subjetivo, maioria tem dificuldade para identifica-las.

Através da discussão realizada com os líderes de cada sala, foi possível perceber que eles se encontram em um processo que Goffman (2001) chama de colonização. Essa etapa da institucionalização proporciona aos seus internos maior familiaridade com a instituição, e maior identificação com os valores que são difundidos por elas, porém ainda conseguem perceber aspectos prejudiciais. Os líderes se reconhecem como parte da instituição, submetem-se ao discurso institucional, apresentam maior nível de concordância com esse discurso, mas ainda mantêm a capacidade de refletir sobre as restrições dessa instituição e seu impacto na conduta dos demais estudantes.

A colonização desses sujeitos ocorre de tal forma que, inconscientemente emitem um discurso de controle mais forte que a própria instituição em que estão inseridos, exigindo desta que intensifique as estratégias de controle e reforce as punições, esperando assim eliminar qualquer comportamento que contrarie o discurso de ordem que é emitido pela instituição, desejando que os colegas se tornem cada vez mais silenciosos e obedientes. É perceptível que a posição de liderança é atrativa para esses alunos, uma vez que são colocados em uma posição de superioridade, e por isso não se veem de forma homogênea com os demais alunos.

Em relação à resistência, quando questionados, a associam à rebeldia, ao desrespeito, mas não a veem como uma forma de resistir ao controle e manter parte da autonomia e subjetividade moldadas pelo ambiente escolar. O discurso reproduzido leva à percepção de que os líderes se enxergam em uma posição superior, estabelecida pela própria escola, através do que Lima e Rezende (2013) chamam de hierarquização de poderes, e por isso se sentem mais próximos à equipe gestora que ao corpo de alunos, desejando mais poder e mais espaço para exercer a função que lhes foi estabelecida. Essa ferramenta foi utilizada de forma que os alunos mais “indisciplinados” foram eleitos como líderes, colocando neles a responsabilidade de exigir disciplina, e conseqüentemente tornando-o mais disciplinado, ocasionando a destituição em situações em que esse líder não se adequa as regras. Dessa forma, molda-se o comportamento do aluno, uma vez que a posição de autoridade é atrativa para ele.

É perceptível que o discurso difundido na instituição escolar, nos líderes, teve um efeito profundamente eficaz em termos de disciplina, sendo internalizado de tal forma que se assemelham ao processo de institucionalização desenvolvido por Goffman (2001) ao descrever as Instituições totais, apresentando uma adequação tão intensa que se consideram um instrumento de controle, apreciam essa posição, e desejam que lhes seja dado mais espaço para que possam exercer poder sobre os outros alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tradicional, assim como as demais instituições totais, tem como característica seu caráter de fechamento, que se evidencia a partir do discurso de controle e disciplina, tendo como objetivo moldar seus internos de acordo com a identidade institucional. E dentro dessa instituição existe o aluno que vivencia situações em que lhe é retirada a subjetividade e a autonomia, transformando-o em um produto que corresponde às necessidades da sociedade. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a relação que o aluno estabelece com o discurso de controle institucional.

Através da presente pesquisa foi possível perceber que existe uma relação direta entre o controle e a disciplina, que pode se apresentar de formas diferentes. Tanto o excesso de controle quanto a falta dele podem ser elementos disparadores para o surgimento da resistência dentro do espaço institucional, e faz-se necessário que a escola, como uma instituição que se propõe a desenvolver a autonomia de seus internos, passe a analisar para quais fins e por quais meios têm tentando alcançar esse objetivo.

Enquanto por um lado os alunos são descritos como indisciplinados e desrespeitosos, que não conseguem se adaptar às regras institucionais e por isso causam desordem e prejuízos para o andamento das aulas e para a aprendizagem dos colegas, os participantes do grupo, que se encontram em uma posição de poder em relação aos demais, se apresentam extremamente disciplinados e institucionalizados, o que leva a crer que sua proximidade com a equipe dirigente tem uma interferência também na internalização do discurso institucional.

A escola tradicional ainda se mantém a partir da ordem e disciplina que incitam. Por esse motivo é preciso atentar para os momentos em que essa disciplina atua como elemento mortificador da subjetividade, para que não venha a se tornar uma instituição que causa sofrimento naqueles que a compõe.

É possível encontrar atualmente instituições de ensino que fogem a esse modelo tradicional, e ainda assim ainda conseguem ser eficazes do processo de ensino sem que

necessitem controlar de forma violenta, conferindo aos seus membros maior autonomia e respeito à sua subjetividade .E com a finalidade de aprofundar os estudos relacionados a esse tema, podem ser desenvolvidas novas pesquisas com outros grupos dentro da instituição escolar, e com um maior número de encontros, para que possam ser alcançados resultados mais amplos e mais profundos a respeito do impacto do discurso institucional nos alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. Relações de poder no cotidiano escolar: análise e reflexões da relação aluno-escola. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 274-285, jul.-dez. 2014.

Disponível em: <

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/14445> >. Acesso em: 04 nov 2019

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle e organização. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1649> >.

Acesso em: 16 ago 2019

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: edições 70, 1977.

BELLIA, Rogéria Aparecida Camargo Lima. **Indisciplina escolar: um dos desafios à gestão democrática**. PDE, 2007.

Disponível em: <

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rogeria_aparecida_camargo_lima.pdf>. Acesso em: 10 nov 2019

BETCHER, Cleber Nazário. A Indisciplina Escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 03, Vol. 02, pp. 60-70, 2018.

Disponível em: < <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-indisciplina-escolar>

>. Acesso em: 21 ago 2019

BOARINI, Maria Lucia. Indisciplina escolar: Uma construção coletiva. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: 123-131.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572013000100013&lng=pt&tlng=pt >. Acesso em: 12 set 2019

BRIGHENTE, Mirian Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: Corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares**. I Seminário internacional de Representações sociais, subjetividade e educação. Curitiba, PUC-PR, 2011.

CARVALHO, Luana Patrícia; RODRIGUES, Erinaldo Reinaldo. A indisciplina nas escolas: causas e diferentes manifestações. **Semana acadêmica**, 2013, v.1, Ed.37

Disponível em: < <https://semanaacademica.org.br/indisciplina-na-escola-causas-e-diferentes-manifestacoes> >. Acesso em: 20 out 2019

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre a sociedade de controle**. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

Disponível em: < <http://www.somaterapia.com.br/wp/wp-content/uploads/2013/05/Deleuze-Post-scriptum-sobre-sociedades-de-controle.pdf> >. Acesso em: 10 set 2019

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Série pesquisa em educação, v.10, Brasília – DF, 2005.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva. P. 23 – 69, 2001.

GULARTE, Giovanna Pinto. O discurso e a prática da disciplina do silêncio na escola: Paulo Freire e a necessidade de uma virtude. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 209-217 jul./dez. 2010

LIMA, Nádia Languarda da; REZENDE, Alice Oliveira. O poder normativo nas escolas e seus efeitos sobre os sujeitos. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./abr. 2013, 34-52. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000100003>. Acesso em: 03 set 2019

LOPES, Fábio Alves; MARTELLI, Andréa Cristina; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia. O corpo, a escola e a disciplina: A pertinência e a atualidade de Michel Foucault. **Travessias**, Paraná, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10936>>. Acesso em: 06 ago 2019

NUNES, Nei Antônio; ASSMANN, Selvino José. A escola e as práticas de poder disciplinar. **Perspectiva**, 2000. Florianópolis, v.18, n.33, p.135-153

PACHECO, Douglas Crivelaro. Escola: Dispositivo disciplinar em uma sociedade de controle. **Colloquium Humanarum**, vol. 15, n. Especial 2, Jul–Dez, 2018, p. 288-294. ISSN: 1809-8207. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/ESCOLA%20DISPOSITIVO%20DISCIPLINAR%20EM%20UMA%20SOCIEDADE%20DE%20CONTROLE.pdf>>. Acesso em: 10 set 2019

PENIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. **Das sociedades de soberania às sociedades do controle: uma abordagem Foucaultiana**. 2005. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(39\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(39).pdf)>. Acesso em: 10 set 2019

SANTOS, Humberto Correa. A indisciplina nas escolas: Causas, prevenção e enfrentamento. **Estação Científica** - Juiz de Fora, nº 15, 2016a. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/6078/3-a-indisciplina-na-escola-causas-preven%C3%A7%C3%B5es-e-enfrentamento.pdf>>. Acesso em: 20 out 2019

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. A concepção de poder em Michel Foucault. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**. p. 261-280. v. 16, n. 28, 2016b.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Poder e resistência em Michel Foucault: Uma genealogia do acontecimento.** Tese (doutorado em filosofia) – Departamento de Filosofia e metodologia das ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p.29-45, 2011

Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4792> >. Acesso em: 15 ago 2019

VERGNA, Ariel Cristina Gatti. **indisciplina e violência na escola: concepções e discursos de educadores.** (Tese de pós graduação) São Carlos : UFSCar, 2016. p. 12 - 24

Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7740?show=full> >. Acesso em: 20 out 2019

ZAN, Dirce; POSSATO, Beatris Cristina. Espaços Cerrados: as marcas da violência e do controle na arquitetura nas escolas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 2176 - 2191 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876

Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/21682/0> < >. Acesso em: 11 set 2019